

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A literatura para “salvar” o Brasil: o alinhamento ideológico entre os programas editoriais do IPES e de agências estadunidenses

Josiane Mozer
UFRGS

josiane.mozer@ymail.com

Resumo

Este artigo analisa as relações do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), em particular do seu Grupo de Publicações/Editorial (GPE), com a *United States Information Agency* (USIA), *United States Agency for International Development* (USAID) e o *Franklin Book Programs*, na produção e disseminação de conteúdo anticomunista, antinacionalista e de defesa do liberalismo no Brasil entre 1961 e 1964. Defende-se aqui a hipótese de que as agências dos Estados Unidos tiveram participação ativa na concepção e no funcionamento da política editorial do IPES.

Palavras-chave: *United States Information Agency* – USIA; Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES; anticomunismo.

A Aliança para o Progresso e o incremento do programa editorial para a América Latina

Às vésperas da Aliança para o Progresso completar um ano de existência¹, o coordenador do programa, Teodoro Moscoso², em memorando confidencial enviado a Edwin M. Martin, Secretário Adjunto para Assuntos Inter-Americanos do Departamento de Estado, afirmava haver um *gap* psicológico na estrutura da Aliança, responsável por obstaculizar o alcance pleno de seus objetivos. Sua afirmação pautava-se, dizia ele, em documentos e discussões de trabalho de grupos que vinham, há meses, se debruçando sobre os problemas enfrentados pela Aliança na América Latina³. Para enfrentar os problemas levantados, que iam desde a dificuldade em desvincular a Aliança do governo estadunidense até o mal uso de recursos de propaganda, Moscoso propunha a formação

¹ A Aliança para o Progresso foi assinada em Punta del Este em agosto de 1961.

² Teodoro Moscoso foi coordenador da Aliança para o Progresso. Antes, assumiu cargo de embaixador dos Estados Unidos na Venezuela, a convite do presidente John Kennedy.

³ No conjunto documental do *Bureau of Inter-American Affairs*, há documentos que atestam as preocupações com os aspectos ideológicos da Aliança para o Progresso, apresentando propostas de ação – dentre elas o incremento do programa de edição de livros - desde julho de 1961. Department of State. RG 59. Entry A1 3149. NND 959040. Boxes 1, 6, 7, 15.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de um grupo de trabalho orientado para tratar dos problemas ideológicos que envolviam a implementação da Aliança para o Progresso.

O grupo de trabalho sugerido deveria ser composto pela Casa Branca, Departamento de Estado, Departamento do Tesouro, USAID, USIA, CIA, Departamento do Trabalho, Departamento do Comércio e Departamento da Agricultura, representados por dirigentes com nível suficiente para tomar decisões e torná-las operantes. Ao propor a organização do Comitê, Moscoso propunha também os pontos aos quais o comitê deveria se dedicar (pontos estes identificados por aqueles que vinham se dedicando ao assunto e que ele então resumia em seu memorando). Como objetivos gerais, o Comitê deveria ser capaz de identificar entre políticos, estudantes, trabalhadores e outros grupos locais aqueles que se afinavam com as propostas da Aliança e que pudessem ser seus defensores; encorajar atividades de grupos descritos como ‘democráticos de esquerda’; incentivar o governo a aplicar uma política mais efetiva em termos ideológicos. Dentre os objetivos específicos mencionados por Moscoso, estão o de promover positivamente a Aliança em seu aniversário, rever critérios para a triagem de visitantes e a oferta de bolsas a estudantes da América Latina para ingresso nos Estados Unidos⁴; reavaliar a organização e funções das embaixadas na América Latina, de forma a criar um esforço ideológico integrado em nome da Aliança e, por fim, facilitar a presença permanente de jornalistas latino-americanos em Washington para atender aos principais jornais e demais canais de mídia da região (USA. DS. RG 59. ESTABLISHMENT..., 9 abr. 1962).

Junto a seu memorando, Moscoso anexou um documento datilografado em papel simples, sem assinatura, datado em 9 de abril de 1962⁵. O tom direto das proposições deste documento explicita, sem meias palavras, as ações consideradas efetivas no campo político e ideológico. Dizia o documento que a Aliança era um recurso político e, como tal, não recebia a devida atenção do governo estadunidense. Aos olhos de latino-americanos, a Aliança era apenas uma operação financeira, uma ação da política externa estadunidense sem benefício para os anseios dos povos da região; o nacionalismo, a maior

⁴ Tratava-se de facilitar a retirada de visto e ampliar as bolsas para cobrir estadia e alimentação, identificados como pontos de dificuldade para a ampliação do programa de intercâmbio.

⁵ Parece ser um documento elaborado para discussão de ideias, pois os pontos nele levantados aparecem em outros documentos oficiais produzidos pelo grupo.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

força política e ideológica em ação na América Latina, fora ignorado por Washington na formulação e implementação do programa.

O documento expressava que o sucesso da Aliança exigia mais que a dedicação aos seus objetivos econômicos e esforços administrativos. Exigia também igual atenção às ações políticas e ideológicas. Enquanto “uma impressionante lista de economistas latino-americanos de primeira linha (Prebisch, Harrera, Sol etc.) está disponível para consultas constantes sobre a fase econômica”, o mesmo não ocorria no campo da política. (USA. DS. RG 59. DOCUMENTO..., 9 abr. 1962). O documento sugeria uma série de ações, e alertava que algumas poderiam exigir caminhos “fora dos canais habituais do governo”. (USA. DS. RG 59. DOCUMENTO..., 9. abr. 1962).

Ao todo, foram 5 pontos de ação sugeridos. O primeiro deles era preciso: quanto estariam os Estados Unidos dispostos a investir em desenvolvimento político? Afirmava que era um equívoco que os Estados Unidos estivessem dispostos a investir US\$ 20 bilhões em desenvolvimento econômico, mas não se mostravam interessados em investir em partidos políticos “democraticamente orientados” (USA. DS. RG 59. DOCUMENTO..., 9 abr. 1962).

Tão importante quanto a disposição em investir em partido alinhado aos propósitos estadunidenses, seria investir na criação de um aparato político capaz de influenciar a política local. Na Costa Rica, menciona o documento, já estava em funcionamento um experimento deste tipo com a criação de um instituto destinado a influenciar a política local. Sugeria então a replicação desse experimento na região andina, na região do Rio do Prata e no Brasil.

Esses Institutos, além de desenvolverem jovens quadros de liderança política, **poderiam tornar-se centros ativos na distribuição da literatura ideológica tão necessária e atual. Além disso, os Institutos poderiam estabelecer uma estreita cooperação com as partes progressistas e ajudar no fornecimento de apoio econômico.** (USA. DS. RG 59. DOCUMENTO..., 9 abr. 1962, grifo e tradução próprios).

Na mesma linha, dizia ser necessário a participação de instituições privadas. Sem estabelecer muito bem qual seria a linha demarcatória entre a ajuda na criação de um instituto político ou de uma instituição privada, recomendava desenvolver “**um novo tipo de instituição, mais flexível do que as atuais fundações e instituições, que poderiam lidar com partidos, institutos políticos, editoras, grupos de estudantes, sociedades**

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

literárias e culturais etc, e fazer coisas além do escopo de governo". (USA. DS. RG 59. DOCUMENTO..., 9 abr. 1962).

Por fim, os dois últimos pontos diziam respeito ao trabalho ideológico junto a intelectuais e à ampliação do programa de livros: desenvolver programas específicos para intelectuais e publicar o “melhor do pensamento ocidental”.

As ações políticas que este documento delineou aparecem, de forma menos direta, mas com igual sentido, em estudo assinado por Robert. B. Goldman⁶ e por ele encaminhado, via memorando, a Arturo Morales-Carrion, chefe assistente da Secretaria de Estado para os Assuntos Interamericanos, com cópia para Moscoso, em 23 de abril de 1962. O memorando de encaminhamento afirmava que o estudo estava baseado em conversas informais entre eles (Goldman e Morales-Carrion) e em rascunhos de trabalho de autoria de Morales-Carrion, e tinha por objetivo servir de base para o desenvolvimento de planos de ação política e ideológica à Aliança para o Progresso. A questão central do estudo era “montar um programa amplo em todo o hemisfério para preencher o vácuo político e ideológico da Aliança e, assim, aproveitar o esforço econômico-técnico daquelas forças que podem dar sentido e realidade ao programa”. (USA. DS. RG 59. WORKING..., 23 abr. 1962, tradução própria).

Afirmava Goldman que a Aliança era vista com desconfiança e não provocava nem admiração, nem interesse nos povos latino-americanos, e que só se tornaria uma realidade política quando fosse capaz de responder a todas as críticas e apresentasse os resultados almejados para o desenvolvimento econômico. “Para que a Aliança tenha sucesso, ela deve ajudar a desenvolver um clima político” que favoreça os “**revolucionários pacíficos**” para vencer a “resistência estéril” e a “subversão comunista” em todo o continente (USA. DS. RG 59. WORKING..., 23 abr. 1962, tradução própria, grifo meu).

Assim, os EUA deveriam ser capazes de criar uma nova mística em torno de seu papel no hemisfério, tal qual Roosevelt havia sido, e promover a ação conjunta entre as linhas econômica, política e cultural de sua política externa. “Para que a Aliança se torne viva como um movimento popular na América Latina, os Estados Unidos devem ajustar

⁶ Jornalista, trabalhou como repórter no programa de rádio Voz da América e como porta-voz do governo Kennedy para divulgação do programa Aliança para o Progresso.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sua visão e seu aparato burocrático e entrar em caminhos novos e não ortodoxos”. (USA. DS. RG 59. WORKING..., 23 abr. 1962, tradução própria).

Dentre as recomendações de Goldman estavam: manter as ações de propaganda da Aliança em sigilo, de forma que as vozes locais assumissem o protagonismo em defesa do programa; encontrar colaboradores locais, escolher uma área para aplicar os conceitos e propostas da Aliança, que ele sugere ser o Nordeste brasileiro; redesenhar os trabalhos dos postos USIS⁷ para não só agirem em nome dos princípios da Aliança, mas para serem a fonte de assistência para a mídia local; reorientar todas as políticas executadas pelos USIS, priorizando o **“estabelecimento e manutenção de relações efetivas com organizações políticas responsáveis e significativas fora do poder** e o desenvolvimento de técnicas de apoio de partidos e candidatos pró-Aliança em suas campanhas políticas” (USA. DS. RG 59. WORKING..., 23 abr. 1962, tradução própria).

O conjunto das ideias apresentadas pelos memorandos de Moscoso e de Goldman com o intuito de “melhorar” a Aliança, apresentaram algumas recomendações que merecem destaque: necessidade de encontrar caminhos não habituais (Moscoso), aplicar políticas não ortodoxas (Goldman), apoiar grupos políticos alinhados, criar, **incentivar ou investir em institutos políticos privados** (Moscoso e Goldman).

Desenhava-se, assim, o arcabouço de uma série de ações de interferência no campo político dos países da América Latina que foram sendo implementadas ao longo da década de 1960. No Brasil especificamente, será justamente entre os anos de 1961 e 1964 que a maioria das recomendações encontradas nos documentos aqui apresentados foi experimentada⁸.

Não é coincidência o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais ter sido criado justamente neste período.

⁷ *United States Information Service*, USIS, designava os postos da USIA localizados no exterior e responsáveis por executar seus programas.

⁸ Às propostas do grupo interagências para a ação política e cultural na América Latina, somaram-se as ações encobertas de grupos especiais formados no governo Kennedy: *Special Group 5412*, *Special Group (Augmented)* e o *Special Group on Counter Insurgency* – CI. O seu objetivo comum era, por meio de recursos diversos, conter movimentos e ideias que representassem ameaça ou obstáculo aos interesses hegemônicos dos Estados Unidos. Sobre as atividades desses grupos ver SILVA, 2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em seu estatuto, o IPES afirmava ser uma sociedade civil sem fins lucrativos, “de caráter filantrópico e intuítos educacionais, sociológicos e cívicos”, com a finalidade de “promover e incentivar a educação cultural, moral e cívica (...); desenvolver e coordenar estudos e atividades de caráter social; obter, por meio de pesquisa objetiva e da livre discussão, conclusões e recomendações que contribuam para o progresso econômico, o bem estar social e o fortalecimento do regime democrático do Brasil”. Para atingir as suas finalidades, o IPES “usará dos meios adequados, entre os quais campanhas educativas, cursos, conferências, seminários, difusão e propaganda, manutenção de escolas, institutos ou bolsas de estudo, etc” (Estatutos Sociais, 1963, p. 1). Sob o manto das ações públicas, as suas ações encobertas envolviam “uma sofisticada e multifacética campanha política, ideológica e militar”. (DREIFUSS, 2006, p. 176). Em ações coordenadas com o IBAD, o IPES infiltrou-se em movimentos estudantis e de trabalhadores (rurais e urbanos), construiu de uma “bem-organizada presença política no Congresso” para oposição ao governo e à esquerda trabalhista, e controlou a imprensa em todo o país (DREIFUSS, 2006, p. 176-177).

O Instituto apresentou, desde o início, os quesitos adequados para preencher a vaga aberta para “**um novo tipo de instituição**” que os estrategistas estadunidenses defendiam ser necessário no Brasil.

Tendo as agências estadunidenses como fonte de recursos e de *know how*⁹, em menos de 6 meses de funcionamento oficial o IPES apresentava um crescimento recorde em associados e em estrutura administrativa. Ao final do primeiro ano de vida, o IPES

⁹ Embora não tenha sido encontrado nenhum documento formalizado entre o IPES e as agências aqui tratadas, a conexão foi identificada através do mapeamento das parcerias mediadoras, como as editoras, indicando financiamento e colaboração na realização de projetos. Segundo Leacock (1990), não há dúvidas que o grupo de empresários que se reunia periodicamente desde 1960 para discutir os rumos políticos e econômicos do país foi procurado pela CIA em meados de 1961 com a proposta de formalização de um grupo de ação com financiamento inicial da Agência, surgindo assim o IPES. A autora reconhece que dada a natureza e complexidade do Instituto, este contou com recursos próprios para a maioria de suas atividades, advindos das gordas mensalidades de seus sócios empresários. Importante frisar que, na ocasião, já estava em funcionamento o IBAD, também criado pela CIA e com quem o IPES teve uma atuação conjunta, formando o que Dreifuss, *op.cit.*, chamou de complexo IPES/IBAD: o primeiro como centro estratégico e o segundo como unidade tática. Segundo pesquisas de Silva (2020), devemos acrescentar ao complexo o SEI – Sociedade de Estudos Interamericanos. Ver LEACOCK, *op.cit.*, Dreifuss, *op.cit.*, SILVA, *op. cit.*

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

havia se expandido pelo país, com centros em diversas cidades, e possuía ao menos 500 membros inscritos¹⁰.

Organizado em Grupos de Estudo e Ação, o Instituto rapidamente se inseriu na vida política e cultural nacionais professando os objetivos ideológicos da burguesia multinacional e associada, com relações explícitas de trabalho com universidades, intelectuais, estudantes, sindicatos e setores conservadores da igreja. Nas suas atividades encobertas, estreita colaboração e trabalho coordenado com a CIA, a USIA e a USAID, a Embaixada dos Estados Unidos, a Câmara Americana de Comércio, entre outras.

Dentre todas as atividades desempenhadas pelos Grupos de Estudo e Ação do IPES, interessa aqui tratar das atividades do Grupo de Publicações/Editorial e seu envolvimento no programa editorial estadunidense no âmbito da Aliança para o Progresso.

O GPE/IPES e as agências estadunidenses na produção e distribuição da literatura para “salvar” o Brasil

Embora em menor escala, a atividade editorial com fins políticos já era realizada pelo governo estadunidense antes da criação da USIA que, a partir de 1953¹¹, tornou-se a principal agência responsável pelo aumento em escala e escopo do programa editorial dos Estados Unidos. No Brasil, apenas no período aqui em análise (1961-1964), a USIA subsidiou e promoveu a distribuição de, aproximadamente, 323 títulos e 2.480.500 cópias¹². Os livros publicados com o apoio da Agência refletiam os objetivos ideológicos definidos pelo *National Security Council* (NSC). Defendiam, em temas e teses, a estrutura social adequada ao modelo capitalista e à hegemonia¹³ estadunidense. Pretendia

¹⁰ LEACOCK, *op.cit.*, p. 111. Dreifuss considera que este número de sócios foi alcançado “por volta de 1963” (*op.cit.*, p. 186).

¹¹ Pensada para atuar na promoção e aceitação da política externa estadunidense, a USIA estruturou o seu programa editorial segundo as diretrizes estabelecidas pelo *National Security Council* (NSC) nos anos iniciais da década de 1950. Ver MOZER, 2020. Para conhecer a história dessa Agência e sua atuação política no Brasil, ver SANTOMAURO, 2015.

¹² Entre 1953 e 1973, a USIA subsidiou e distribuiu, aproximadamente, 15.300 títulos e 112 milhões de exemplares em África, América Latina, Ásia, Europa. Deste montante, o Brasil recebeu aproximadamente 1.600 títulos e 9 milhões de exemplares. MOZER, *op. cit.*

¹³ De modo sintético, o conceito de hegemonia em Gramsci remete à compreensão da supremacia de um grupo ou classe sobre outros grupos ou classes, articulando meios distintos e complementares para produção de consenso, isto é, supremacia como domínio (coerção) e como

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

promover uma literatura voltada a “quebrar a doutrina cujos padrões ajudaram o comunismo, e promover uma maior compreensão e aceitação das tradições e pontos de vista da América e do Mundo Livre” (Psychological ... 29 jul. 1953).

Os títulos selecionados e publicados cobriram todas as áreas do conhecimento. Economia, política, filosofia, artes, literatura de ficção, foram tratados sob dois ângulos complementares: 1) a despolitização dos temas, privilegiando uma visão técnica e gerencialista sobre questões sociais; 2) uma concepção individualista para o comportamento humano, descaracterizando o sentido de coletividade.

A Teoria da Modernização¹⁴ fornecia o conjunto das teses expressas nos títulos sobre economia: modelos e fórmulas para alcançar o desenvolvimento por etapas e sob a prática do liberalismo. Da mesma maneira, os livros sobre política procuravam identificar sublevações sociais das camadas subalternas ou os movimentos nacionalistas de nações à margem do centro do capital, como desvios perigosos para a “liberdade” da humanidade, assim como inserir uma concepção gerencialista do ato de governar, despolitizando ao máximo as discussões sobre a responsabilidade do Estado com relação às mazelas sociais.

Em geral, além de títulos voltados para combater o comunismo, os livros reuniam temas voltados para conter o “nacionalismo agressivo” contra o capital estrangeiro, promover a valorização do capital privado como motor de desenvolvimento, enaltecer a força do capitalismo como produtor e distribuidor de riquezas e apresentá-lo como propulsor dos avanços tecnológicos, assim como “ênfaticamente a eficácia do pensamento democrático no enfrentamento dos problemas socioeconômicos de nações emergentes” (USIA. RG 306. BOOK TRANSLATION..., 3 jan. 1963, tradução própria).

Além dos temas e das correntes “científicas” de pertencimento, para compor o programa da USIA um livro passava por rigorosa avaliação ideológica, assim como seu autor/editor. Os títulos escolhidos deviam obedecer à ordem de prioridade temática estabelecida no programa e em relação direta com os interesses da política externa

direção intelectual e moral (cultural), circunscritos numa dada sociedade. Entretanto, o conceito aplica-se também para a análise da estrutura internacional de poder. Na relação entre Estados-Nação, um Estado hegemônico é aquele que reúne poder econômico, militar, populacional e cultural. “A grande potência é potência hegemônica, líder e guia de um sistema de alianças e pactos”. Ver FONTANA in COUTINHO, 2011, p. 342.

¹⁴ Sobre a história da Teoria da Modernização e seus autores, consultar GILMAN, 2003.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

estadunidense, apresentando imediata “utilidade” para uso político¹⁵. O programa editorial da USIA estava sob responsabilidade executiva de dois de seus setores, o *Information Center Service* – ICS, responsável pela edição e tradução de livros, e o *International Press Service* – IPS, responsável pela produção de artigos para jornais e revistas e elaboração de panfletos. O programa editorial a cargo do ICS era estruturado em duas frentes, o Programa de Traduções e o Programa de Desenvolvimento do Livro.

O programa não trabalhava com filtragens óbvias, embora não as dispensasse. Títulos explicitamente anticomunistas e antinacionalistas conviviam com títulos cuja abordagem apresentava críticas - toleráveis - ao capitalismo, com abordagens que previam correções sobre as eventuais falhas do sistema.

No Brasil, a rede articulada pela USIA contou com a participação de mais de sessenta editoras e um vasto número de profissionais ligados ao campo da edição de livros e revistas, professores, escritores, jornalistas, universidades e centros de pesquisa, sob a coordenação do posto USIS Rio de Janeiro.

O acordo entre editoras brasileiras e USIA envolvia responsabilidades de ambas as partes: à USIA cabia o pagamento pelos direitos de publicação em língua portuguesa, a tradução dos textos, a compra de metade da tiragem acordada em contrato e, frequentemente, o pagamento por serviços de divulgação e propaganda. Às editoras cabia conceder o seu selo, o sigilo, a produção e a colocação do livro à venda através de seus canais comerciais – distribuidores e livrarias - podendo contar com algum incentivo financeiro nos trabalhos de divulgação também. Na construção da rede de atuação, era importante garantir o sigilo das operações e, tão importante quanto o sigilo, era a garantia da divulgação dos conteúdos produzidos.

Na América Latina, a Aliança para o Progresso trouxe algumas modificações no programa editorial até então executado na região. Além da USIA, entraram na operação a USAID e o *Franklin Book Programs*¹⁶, o que provocou uma divisão coordenada de

¹⁵ Os quesitos de “utilidade” envolviam: propagar informação acerca dos Estados Unidos, sua política interna e externa, combater o antiamericanismo, demonstrar o interesse dos EUA em promover a ciência, fornecer evidências sobre a vida intelectual e artística estadunidense e combater o comunismo. No Brasil, por exemplo, temas como nacionalismo, democracia, capital privado, desenvolvimento, reforma financeira, Revolução Cubana foram prioritários ao longo das décadas de 1950 e 1960.

¹⁶ Criado em 5 de julho de 1952 e batizado inicialmente de *Franklin Publications*, esteve associado ao programa editorial do governo estadunidense, funcionando como um braço da USIA

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

tarefas. Enquanto a USAID se dedicava a viabilizar a produção de livros com caráter tecnicista para as áreas de economia, saúde e educação, o *Franklin Book Programs* dedicou-se a atividades de formação profissional na área editorial (profissionalização de editores, tradutores, bibliotecários), além de disponibilizar linhas de financiamento para abertura de bibliotecas¹⁷. À USIA coube, além de manter sua linha editorial e ampliar o número de títulos produzidos, dar assistência técnica à USAID na atuação local através dos postos USIS, orientando sobre procedimentos locais para edição de livros e compartilhando a rede formada com as editoras locais.

Nesse período houve, ainda, um incremento em recursos financeiros para ampliação do programa e a formação de uma equipe interagências para a coordenação dos trabalhos de todos os envolvidos. A coordenação geral dos programas editoriais da USIA, USAID e *Franklin Book Programs* ficou a cargo de Arturo Morales-Carrion, e passou a chamar-se *Latin American Book Program*.

É neste momento de ampliação dos recursos e da rede de produção de livros que o IPES se insere como parceiro valioso.

A presença do Instituto trouxe contribuições ao programa editorial em operação no Brasil na década de 1960. Em primeiro lugar, o Instituto atendia à necessidade de ocultamento da origem e do pagamento de títulos em ações pontuais e sensíveis¹⁸ e, em segundo lugar - mas não menos importante - assegurava a ampliação da distribuição dos livros para as entidades de classe patronais e operárias, inclusive da zona rural, segmento de difícil acesso à rede de editoras e bibliotecas mantida pela USIA. O IPES também ampliou o contato com escritores brasileiros para encomenda de títulos sem comprometer o sigilo necessário para ocultar a participação das agências, em especial a USIA e a CIA.

em ação na Ásia, Oriente Médio e África. Em 1964, a sua diretoria decidiu mudar o nome para *Franklin Book Programs*. Atuou por 26 anos, de 1952 a 1978. No período de atuação do *Franklin Book* no Brasil, os recursos da instituição não eram provenientes da USIA, mas da USAID. Sobre isso, consultar MOZER, *op.cit.* Ver também ROBBINS (2007), OLIVEIRA (2013) e o link disponibilizado pelo site da Universidade de Princeton: <http://findingaids.princeton.edu/collections/MC057/#description>. 19/11/2018.

¹⁷ Foi com recursos e apoio logístico do *Franklin Book Programs* que o IPES abriu o seu Centro de Bibliotecnia no Rio de Janeiro.

¹⁸ Ações em que, caso fosse detectada a participação de órgãos do governo estadunidense, trariam problemas diplomáticos e revelariam a ingerência dos Estados Unidos em assuntos internos. O IPES servia de fachada perfeita, como no caso da publicação do livro *UNE, instrumento de subversão*, que será tratado mais adiante.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Por sua vez, o Instituto se beneficiava de todo um *know how* e de uma rede de editoras já articulada a quase uma década, além de acesso a uma miríade de títulos que coadunava com seus propósitos e ampliava as possibilidades de inserção na sociedade brasileira.

A concepção do programa editorial do GPE/IPES apresenta enorme semelhança com o programa da USIA. Em documento do Grupo de Estudos, assinado por Garrido Torres¹⁹ e encaminhado ao Comitê Diretor do Instituto em 29 de maio de 1962²⁰, ele afirma ser necessário, para combater a “abundância de literatura marxista em nossas livrarias”, pôr em andamento um “programa já acordado no nível da infra-estrutura do IPES”, destinado a divulgar a “literatura democrática”. O programa proposto estruturava-se em três formas de divulgação: plantar artigos em jornais e revistas; publicar folhetos para ampla divulgação entre estudantes e trabalhadores (na estrutura da USIA, estas duas atividades estavam sob a responsabilidade do IPS); “promover bons livros dentro de uma linha democrática moderna, que conceba a democracia também sob os aspectos econômico e social”, e aproveitando a disponibilidade de livros estrangeiros que, escolhidos pelo IPES, este procuraria provocar interesse em editoras para publicação. Se editores apresentassem dúvidas “quanto ao êxito comercial das edições, o IPES poderia assumir o compromisso de adquirir o número mínimo de exemplares que levasse o editor à decisão que se deseja”.

Garrido Torres dá alguns exemplos: poder-se-ia obter licença de publicação de artigos “de grandes autores estrangeiros” junto às revistas *Harper's*, *Atlantic Monthly*, *Foreign Affairs*, *New York Magazine* e *Life* espanhola, assim como publicar, no Brasil, obras de interesse que ainda permaneciam sem tradução no país. “Estou informado que já dispomos da respectiva tradução”, afirma em relação a obra de George Orwell, *Animal Farm*, e que “poderia ser desde logo objeto de entendimento com alguma casa editora”. Termina sua carta dizendo que o programa é perfeitamente viável e indispensável, “urgindo que se lhe dê começo”, uma vez que a Comissão Diretora do IPES já havia dado a aprovação e já haviam encontrado o tradutor, o Cel. Octávio Alves Velho.

¹⁹ José Garrido Torres. Integrou comissões e conselhos diversos em órgãos como Cicy, OEA, CEPAL, CNE entre outros. Em 1955, diplomou-se pela Escola Superior de Guerra, ESG, e foi um dos membros fundadores do IPES. Para conhecer sua biografia completa, consultar CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/torres-jose-garrido>.

²⁰ Reproduzido por Dreifuss, *op. cit.*, apêndice N, p. 757-758. Trecho do documento é reproduzido em GONÇALVES, 2010, p. 37-38.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

As semelhanças vão da justificativa (ampliar a presença da boa literatura democrática para contrapor-se à literatura marxista) à operacionalização (plantar artigos em jornais e revistas, escolher títulos de livros adequados e subsidiá-los numa parceria sigilosa com editoras). Dada a rapidez na organização e pleno funcionamento do GPE, é plausível supor que, além de suporte financeiro (provavelmente parcial, por projetos), o *know how* da USIA foi acessível ao IPES, que o adotou como um modelo de estrutura e de organização.

Criado em 31 de agosto de 1962²¹, o GPE inicia sua atividade editorial com uma verba de 500 mil cruzeiros e fecha o ano de 1962 (4 meses de existência) com um volume de trabalho editorial impressionante. Em relatório sobre as atividades realizadas no ano de 1962, o IPES indica a edição de 3 títulos e a distribuição de publicações 7 títulos de outrem, além de 4 títulos em preparo e de apoio de difusão à revista *Cadernos Brasileiros*²². Entre os títulos, 8 foram comprovadamente subsidiados pela USIA: *A Guerra Política*, de Suzanne Labin; *Aliança para o Progresso*, edição OEA; *O nome Secreto*, de Lin Yutang; *O Discurso Secreto de Kruschey*; *Um Engenheiro Brasileiro na Rússia*, de John Cotrim; *1984*, de George Orwell; *A revolução de Fidel Castro*, de Theodore Draper e *Anatomia do Comunismo*, de autores diversos (BR NA, RIO.QL.0.OFU.53).

A Revolução dos bichos saiu em 1964 pela Editora Globo²³ com tradução de Heitor Ferreira, tenente do exército e assistente de Golbery do Couto e Silva, ambos membros ativos do IPES e da ESG. A obra aparece na relação da USIA de obras subsidiadas e publicadas no país com sua participação, com tiragem de 10 mil exemplares, sem mencionar a Editora Globo ou o IPES. Por sua vez, o IPES apresenta a obra entre os

²¹ Segundo relatório datado de 17 de maio de 1962, a estrutura do IPES era formada pelos seguintes grupos: Grupo de Estudos, Grupo de Levantamento, Grupo de Opinião Pública, Grupo de Assessoria Parlamentar (BR NA, RIO.QL.0.OFU.53). A criação do GPE é relatada na Ata de reunião do Comitê Executivo de 31 de agosto de 1962 (BR NA, RIO.QL.0.OFU7). Relatório sobre as atividades realizadas no ano de 1962 indica a edição e difusão de 3 títulos e distribuição de publicações de outros de 7 títulos, mais 4 títulos em preparo, além de apoio de difusão da revista *Cadernos Brasileiros* (BR NA, RIO.QL.0.OFU.53).

²² *Cadernos Brasileiros* foi uma das muitas revistas ligadas ao Congresso pela Liberdade da Cultura, instituição mantida pela CIA. Sobre o assunto, ver SAUNDERS, 2008 e CANCELI, 2017.

²³ Nas informações editoriais constantes na 31ª edição da Editora Globo, o Copyright é de 1962.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

títulos distribuídos sem mencionar o envolvimento operacional do posto USIS e o subsídio da USIA.

Ao menos dois títulos do catálogo GRD²⁴ são exemplos importantes dessa relação de ocultamento: *UNE, instrumento de subversão*, de Sonia Seganfreddo, e *Cuba, nação independente ou satélite*, de Michel Aubry, ambos editados em 1963.

Sonia Seganfreddo destacou-se no movimento estudantil como a estudante “democrata” oponente aos estudantes “comunistas que subvertiam a UNE”. Assinando artigos que “denunciavam” a infiltração comunista no movimento estudantil brasileiro publicados no *O Jornal* (RJ) ao longo de 1962, ela foi contactada pelo tenente Heitor Ferreira que, em nome do IPES, lhe fazia a encomenda de um livro que tratasse do assunto²⁵.

O que permaneceu oculto nessa relação estabelecida entre a autora, a editora, os militares e o IPES, foi a participação da USIA e da CIA. Sequer a autora teve conhecimento de quem de fato subsidiou o livro que lhe foi encomendado.

Após uma análise muito cuidadosa, incluindo leituras e relatórios de quatro diretores americanos, o Comitê do Livro aprovou o apoio do Programa de Livros para a publicação de *UNE: Instrumento de Subversão* por Sonia Seganfreddo, ex-dirigente [sic] da UNE. A editora é a Editora GRD, com quem já colaboramos anteriormente. (USIA. RG 306. UNE..., 21 jun. 1963).

A edição dessa obra atingiu 15 mil exemplares, dos quais o posto USIS recebeu 4 mil exemplares para distribuição, mas por seu caráter delicado, **“a distribuição do livro pelo USIS está sendo feita exclusivamente pelo editor com assistência do CAS²⁶, conforme apropriado. Nosso nome não está de forma alguma vinculado ao livro e nossos acordos contratuais são confidenciais”**. (USIA. RG 306. DOCUMENTO, 23 jul. 1963).

²⁴ GDR eram as iniciais de seu proprietário, Gumercindo Rocha Dorea, associado do IPES.

²⁵ O caso é relatado por Dreifuss, *op. cit.*, que inclusive publica as cartas trocadas entre os envolvidos, no anexo O, revelando que a encomenda e o pagamento pelo livro foi de responsabilidade do IPES. O caso é citado também nos trabalhos de GONÇALVES, *op. cit.* BORTONE (2018) e OLIVEIRA, *op. cit.*

²⁶ CAS (*Controlled American Source*) é um acrônimo utilizado para se referir à CIA. Ver SILVA, *op. cit.*, p. 167, nota 201.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A responsabilidade do IPES, neste arranjo específico da rede, foi o de servir de fachada à operação com a autora e em promover a ampla divulgação e distribuição do livro²⁷.

Importante ressaltar que o livro, antes mesmo de chegar ao grande público, já cumpria um dos seus propósitos: dar suporte ideológico para que a oposição parlamentar instalasse a CPI da UNE, consolidando assim um novo caminho de ataque ao governo Goulart.

Em 1962, o posto USIS Rio de Janeiro foi procurado pelo editor e proprietário da editora GRD, Gumercindo Rocha Dorea, semanas antes da realização do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, apresentando as provas do livro de Michel Aubry, *Cuba, independent or satellite nation*, e propondo que o posto subsidiasse a sua publicação. Após ponderações sobre a utilidade que tal publicação poderia ter diante de outros títulos já publicados pelo programa, o posto USIS decide subsidiar a obra por suas proporções diminutas e linguagem acessível, e porque o editor assegurava o lançamento da edição a tempo de contrapor-se ao Congresso, possibilitando ao posto a distribuição direta entre estudantes. A edição teve 5 mil exemplares, “dos quais 3.500 cópias foram colocadas à venda nas livrarias do Rio e de São Paulo a preço de tabela de Cr\$ 150,00. (USIA. RG 306. CUBA..., 22 abr. 1963).

Este título encerra outra peculiaridade na sua publicação: além de ser uma triangulação entre USIA (financiadora), GRD (editora parceira que fornece o selo para a edição) e IPES, que o distribuiu, estava ligado, também, ao programa editorial do *Information Research Department* – IRD, departamento do serviço de informação britânico, segundo pesquisa de Cantarino (2011), revelando a existência de compartilhamento de títulos e de colaboração entre USIA, IRD e editoras brasileiras²⁸.

Ao observar a lista de livros distribuídos pelo IPES, constata-se que sua esmagadora maioria foi subsidiada pelo programa de livros da USIA²⁹. Percebe-se, igualmente, que o IPES se associou a uma rede de editoras já anteriormente articulada pela Agência, como é o caso das editoras Ipanema (na rede desde 1955), José Olympio, Dominus, Saraiva (desde 1958), Itatiaia (desde 1960) e Globo (desde 1954).

²⁷ A obra consta na lista de livros distribuídos pelo IPES. Fundo IPES, QL0CD.5, p. 10.

²⁸ Este caso é relatado também por BORTONE, *op. cit.*, p. 95.

²⁹ Os títulos foram localizados na documentação produzida pela USIA.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Os livros editados pelo “selo” IPES cumpriram a função de abastecer a sociedade com títulos de combate contra “os males e os mitos da doutrina socializante”, de autoria de brasileiros, versando sobre os assuntos mais caros à modernização do Estado brasileiro sem alteração de sua estrutura dependente do capital estrangeiro: reforma agrária, controle cambial, modernização do sistema financeiro. A promoção de uma literatura com enfoque tecnicista, capaz de oferecer uma fonte de formação de consciência social favorável ao fluxo do capital privado internacional.

Considerações Finais

Tão ou mais importante do que saber quem financiou ou distribuiu os títulos publicados pela rede formada por editoras, IPES, USIA, USAID e outras agências, é identificar os objetivos de longo prazo da comunhão ideológica que lhes deu sustentação.

Embora saibamos das ligações do IPES com as agências estadunidenses, pouco se conhece sobre os projetos subsidiados e a sua operacionalização. Ou, como é o caso da atividade editorial do IPES, pouco se sabe sobre a sua íntima ligação com essas agências na produção e distribuição de livros³⁰.

O acesso à documentação produzida pela USIA e pelo Departamento de Estado, entretanto, nos permite ampliar a compreensão sobre a cooperação estabelecida entre as agências estadunidenses e o IPES, sendo possível fazer com segurança algumas importantes afirmações: 1. as diretrizes ideológicas formuladas pelo NSC em 1951, com o propósito de modificar os padrões de conhecimento que favoreciam propostas críticas ao capitalismo e à hegemonia estadunidense seguiram atuantes pelas duas décadas seguintes e encontraram no IPES o parceiro ideológico para ampliar a sua presença na sociedade brasileira; 2. o complexo IPES/IBAD/SEI, como demonstrado por Dreifuss, *op. cit.*, e por Silva, *op. cit.*, contribuiu para a construção da hegemonia estadunidense como segmento organizado e militante da elite transnacional sob dois prismas: a) como combatentes inseridos na contra-insurgência, articulados internacionalmente na ampliação da presença do capital sob a lógica do liberalismo; b) como divulgadores e produtores de conteúdo ideológico destinado a moldar não só a opinião pública – o que

³⁰ Dreifuss, *op. cit.*, apontou, sem aprofundamento, a presença da USIA e do *Franklin Book Programs* na atividade editorial do IPES. BORTONE, *op. cit.*, identificou a presença do Instituto Universitário do Livro na atividade editorial associada ao IPES.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

poderia ser limitado ao trabalho de propaganda – mas os espaços de produção de conhecimento, especialmente o sistema educacional e o mercado editorial.

Referências

- BOOK Translation Program Office, Assessment Report, January 3, 1963. NARA II. RG 306. Entry P 58. Box 4.
- BORTONE, E. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967). Tese (Doutorado). Instituto de História, UFRJ, 2018.
- BR NA, RIO.QL.0.CDI.5, p. 10. SIAN, Fundo IPES. Disponível em: <http://sian.an.gov.br>.
- BR NA, RIO.QL.0.OFU.53. SIAN, Fundo IPES. Disponível em: <http://sian.an.gov.br>.
- BR NA, RIO.QL.0.OFU.7. SIAN, Fundo IPES. Disponível em: <http://sian.an.gov.br>.
- CANCELI, E. *O Brasil na guerra fria cultural: o pós-guerra em releitura*. São Paulo: Intermeios: USP-Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017. (Coleção Entr(H)istória).
- CANTARINO, G. Segredos da propaganda anticomunista. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.
- CUBA: Independent or Satellite Nation. Field Message n. 207, April 22, 1963. NARA II. RG 306. Entry P 58. Box 4.
- DOCUMENTO de 23 de julho de 1963. NARA II. RG 306. Entry P 58. Box 5.
- DOCUMENTO de 9 de abril de 1962. NARA II. RG 59. Entry A1 3149. NND 959040. Box 15.
- DREIFUSS, R. *1964: a Conquista do Estado*. 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- ESTABLISHMENT of a Working Group of the Latin American Policy Committee on Ideological ASPECTS of the Alliance. s/d. NARA II. RG 59. Entry A1 3149. NND 959040. Box 15.
- ESTATUTOS Sociais, 1963, p. 1. BR NA, RIO.QL.0.OFU.2. SIAN, Fundo IPES. Disponível em: <https://sian.an.gov.br>. Acesso em 09/07/21.
- FONTANA, B. Hegemonia e nova ordem mundial. In: COUTINHO, C.N.; TEIXEIRA, A.P. (orgs). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GILMAN, N. *Mandarins of the future: modernization theory in Cold War America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2003.
- GONÇALVES, Martina Spohr. *Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPÊS (1961-1964)*. 2010. Dissertação (Mestrado). ICHF, UFF, Rio de Janeiro, 2010.
- LEACOCK, R. *Requiem for revolution: the United States and Brazil, 19610-1969*. Kent State University Press, 1990.
- MOZER, J. *A arquitetura da dominação: o programa editorial da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1968)*. Tese (Doutorado). IFCH, UFRGS. Porto Alegre, 2020.
- OLIVEIRA, L. *Guerra Fria e política editorial: a trajetória da Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá: Eduem, 2015.
- PSYCHOLOGICAL Strategy Board Status Report, July 29, 1953. NARA II. RG 306. Lot File 62-D 333. NND 959288. Box 6.
- ROBBINS, Louise S. Publishing American Values: The Franklin Book Programs as Cold War Cultural Diplomacy. *Library Trends*, v. 55, n. 3, p. 638-650, 2007.
- SAUNDERS, F. S. *Quem pagou a conta? A CIA na guerra fria da cultura*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SANTOMAURO, F. *A atuação política da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil, 1953-1964*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Formato ePub.
- SILVA, V. G. *Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais (1936-1964)*. Tese (Doutorado) UFRJ, 2020.
- STUDY of USIA Book Publishing Program. NARA II. RG 306. Entry P 160. Declassified 988085. Box 24.
- UNE - Instrumento de subversão. NARA II. RG 306. Entry P58. Box 4.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

WORKING Paper on Rounding Out Alliance for Progress Program in the Political and Ideological Fields, April 23, 1962. RG 59. Entry A1 3149. NND 959040. Box 15.